

A Conferência do Nordeste e a Crise do Movimento Ecumênico Evangélico no Brasil

Agemir de Carvalho Dias¹

RESUMO

Este artigo analisa o papel desempenhado pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja, que organizou a Conferência do Nordeste, e o seu impacto na crise que levou a dissolução da Confederação Evangélica do Brasil. A promoção das reuniões de estudo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da CEB ajudou a construir uma reflexão sobre a realidade social brasileira. A responsabilidade social da Igreja em uma situação de rápidas transformações sociais, proposta pelo Conselho Mundial de Igrejas, produziu uma significativa reflexão sobre o papel a ser desempenhado pela igreja evangélica no Brasil nas transformações que estavam ocorrendo na sociedade. A Conferência do Nordeste e as suas propostas de participação de transformação da sociedade brasileira levaram a uma reação de setores conservadores e a perseguição dos participantes do setor de Responsabilidade Social da CEB após o golpe militar de 1964. Esse processo levou a uma crise do movimento ecumênico evangélico que culminou com a dissolução da Confederação Evangélica do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Conferência do Nordeste; Confederação Evangélica do Brasil; Protestantismo Brasileiro; Responsabilidade Social; Movimento Ecumênico.

¹ Agemir de Carvalho Dias, doutor em História (UFPR), é professor no curso de Teologia na Faculdade Evangélica do Paraná, em Curitiba (FEPAR).

Northeast Conference and the Crisis of the Evangelical Ecumenical Movement in Brazil

ABSTRACT

This article analyses the role played by the Division of Social Responsibility of the Church, which organized the Northeast Conference, and its impact in the crisis that led to the dissolution of Evangelical Confederation of Brazil (ECB). The promotion of the study meetings of Division of Social Responsibility of the Church of ECB helped to build a reflection about the Brazilian social reality. The social responsibility of the Church in a situation of fast social transformations, proposed by the World Council of Churches, has produced a significant reflection about the role to be played by the evangelical church in Brazil on the transformations that were occurring in society. The Northeast Conference and its participation proposals of transformation of Brazilian society led to a reaction from conservative sectors and the persecution of participants of the sector of Social Responsibility of ECB after the 1964 military coup. This process led to a crisis of evangelical ecumenical movement that culminated in the dissolution of the Evangelical Confederation of Brazil.

KEYWORDS

Northeast Conference; Evangelical Confederation of Brazil; Brazilian Protestantism; Social Responsibility; Ecumenical Movement.

A principal instituição promotora do ecumenismo entre as Igrejas evangélicas no Brasil foi a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que vinha de uma trajetória em que a sua articulação se justificava na formação de uma força contraposta à religião hegemônica no Brasil, a Igreja Católica Apostólica Romana. A fraternidade das igrejas e organizações ligadas à CEB se constituía em uma afirmação da unidade evangélica, um discurso elaborado a partir de diversas correntes que viam no denominacionalismo² protestante um grande empecilho para a missão cristã.

² As Igrejas provenientes da Reforma se organizaram em diversos organismos eclesiais, que são chamadas *denominações protestantes*, ou *denominações evangélicas*.

A articulação internacional da CEB era com o Conselho Missionário Internacional (Comin), que foi um dos desdobramentos do Congresso Ecumênico de Edimburgo (1910). A CEB não era filiada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), mas sofria a sua influência por causa das ligações com o Comin.³ A filiação ao CMI não era bem vista por várias das denominações ligadas à CEB, principalmente pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e pela Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), que mantiveram uma posição de equidistância ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e ao Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC) de orientação fundamentalista.

Foi por causa da preparação da II Assembleia do CMI que Richard Shaull começou a articulação de um grupo de estudos que reuniu evangélicos de diversas denominações para trabalharem com o tema da responsabilidade social da igreja. Em 1953, contatou Waldo Cesar, que na ocasião trabalhava na CEB, para ser o articulador desse grupo. Os contatos de Shaull no CMI permitiram que o grupo pudesse se ligar a um programa recém-criado pela instituição. Antes da Assembleia de Evanston (1954), o CMI criou uma Divisão de Estudos e, dentro dessa divisão, uma seção sobre Igreja e Sociedade dirigida por Paul Abrecht.

O contato de Shaull com Abrecht por causa do documento que seria discutido em Evanston sobre a sociedade responsável, e para o qual ele contribuiu com uma parte, levou a desdobramentos importantes depois da assembleia. Por meio do departamento dirigido por Abrecht, o CMI propôs que Shaull organizasse uma conferência no Brasil para discutir os documentos aprovados na Assembleia do CMI em Evanston. A proposta foi aceita e a preparação da conferência levou à criação da Comissão de Igreja e Sociedade, que em 1955 se incorporou à CEB com o nome de Setor de Responsabilidade Social, ligada ao Departamento de Estudos.

No mesmo ano de 1955, dos dias 15 a 18 de novembro, aconteceu a I Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, em São Paulo. A conferência contou com a participação de 40 pessoas, representando 12 igrejas e 3 outras organizações evangélicas (SOUZA,

³ O Comin se incorporou ao CMI na III Assembleia Geral em Nova Délhi, 1961.

2005, p. 121). Como preletores da conferência, participaram Wilhelm Hahn e o economista holandês Egbert de Vries, representando o departamento de Igreja e Sociedade do CMI. Os preletores brasileiros foram Richard Shaull, Benjamim Morais e o doutor João Del Nero. Nesse encontro, foi eleita a primeira diretoria do Setor de Responsabilidade da CEB: para presidente, foi eleito o reverendo Benjamin de Moraes e para a secretaria executiva, Waldo César. Também foram criados setores de estudos: Rural, Industrial, Político e Serviço Social. O reverendo Sátilas do Amaral Camargo, pastor da IPIB de Curitiba, descreveu essa reunião em artigo no jornal *Cristianismo*:

As Igrejas devem estudar e conhecer melhor a respeito dos fundamentos espirituais e morais sobre os quais as novas sociedades estão sendo construídas; devem ter um conceito mais adequado do homem e sociedade que orientam novos movimentos sociais e políticos da atualidade, e precisam sentir mais de perto a sua responsabilidade social, no cenário da vida moderna em suas transformações rápidas.

[...] em meio da camaradagem cristã, num ambiente profundamente espiritual, num lugar aprazível, com estudos bíblicos e cultos devocionais diários dirigidos pelo Rev. Jorge César Mota, transcorreu essa reunião memorável[...]. (CAMARGO, 1956, p 8).

As rápidas transformações pelas quais o Brasil passava na década de 1950 causaram muita perplexidade. O êxodo rural, a nova situação dos trabalhadores na indústria, o surgimento de novos movimentos sociais, a turbulência política, tudo isso conduziu à ideia de que se estava vivendo um período de “rápidas transformações sociais” e que essas transformações exigiam uma posição de *responsabilidade* da igreja e do cristão.

O conceito de *sociedade responsável*, assumido pelo CMI, tinha como pano de fundo os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja em grande medida ficou omissa diante do autoritarismo nazista. Uma das exceções foi a *Igreja Confessante*, que reuniu teólogos como Karl Barth, Dietrich Bonhoeffer e Martin Niemoeller, que se posicionaram contra o regime nazista. O mesmo raciocínio se aplicou

com relação ao problema do comunismo. O comunismo era consequência da omissão cristã diante dos graves problemas sociais pelos quais passava a humanidade. O problema foi colocado da seguinte maneira por Harvey Cox, falando do movimento da Nova Linhagem dos pastores das igrejas americanas.

Atualmente defrontam-se as igrejas com uma crise institucional e teológica nunca vista em sua missão junto à cidade. Quase todos os seus serviços sociais foram assumidos pelos governos dos municípios, dos Estados e da União, ou por agências seculares. Essa perda parcial de função precipitou uma deformante revisão da estratégia urbana da igreja nos Estados Unidos. Também deu ensejo a que a Nova linhagem de líderes eclesiais tomasse a iniciativa de afastar as igrejas da visão assistencialista dos problemas urbanos, inculcando-lhes uma visão política. (COX, 1970, p. 148).

Essa visão não era aceita por todos, havia aqueles que entendiam que a igreja não deveria participar de forma nenhuma da vida política. Essa discussão sobre a conduta da igreja e dos cristãos nas igrejas dos Estados Unidos da América se refletiu também no Brasil. Nesse contexto de disputa a respeito da missão da igreja é que se deve entender o problema gerado pelos encontros do Setor de Responsabilidade Social da CEB.

O CMI, fortemente influenciado pelos defensores de uma *sociedade responsável* e da *responsabilidade social do cristão*, foi tratado como inimigo pelo agrupamento mais conservador do protestantismo americano, inclusive sendo acusado de agência do comunismo. Um exemplo dessa disputa é o livro publicado pela Missão Bíblica Presbiteriana no Brasil, grupo que era ligado ao movimento fundamentalista americano e, depois do Golpe Militar de 1964, acusou a CEB de estar infiltrada de comunistas. (RAPP. s/d)

A sociedade responsável não era definida em termos de um sistema sociopolítico, era um critério pelo qual a ordem existente podia ser julgada. Esse critério era utilizado para criticar o individualismo dentro da sociedade ocidental. Também a democracia liberal foi considerada insuficiente por esse critério, pois, ao mesmo tempo em que avançou

no sentido de proteger os direitos individuais, não conseguiu dar um sentido para sua existência social. A sociedade responsável foi definida como aquela que protege a família, que possibilita a participação política dos cidadãos, respeita os direitos individuais, permite a livre associação das pessoas e promove o desenvolvimento econômico e a justiça social. (KINNAMON & COPE, 1977).

Nas conclusões da I Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja foram feitas diversas sugestões de como as igrejas evangélicas brasileiras poderiam atuar de forma responsável. Para Silas Luiz de Souza (2005), a consulta tomou decisões práticas e avançadas para a época.

A II reunião de Estudos do Departamento de Igreja e Sociedade da CEB ocorreu em Campinas, de 4 a 8 de fevereiro de 1957. O tema foi A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais. A participação do encontro foi de 50 pessoas, representando oito igrejas e organizações eclesiais, segundo Paulo de Góes (1989, p. 176). Nesse encontro, salientou-se a importância da participação dos evangélicos na vida política. Discutiu-se a questão do Brasil arcaico e do Brasil novo, o primeiro representado pelo campo e o segundo, pelo urbano. Foi analisado também o processo de industrialização que o Brasil estava vivendo e os modelos de desenvolvimento. A avaliação de Paulo de Góes foi de que essa segunda reunião de estudos representava um avanço no pensamento social do protestantismo brasileiro.

A III Reunião de Estudos do Departamento de Igreja e Sociedade da CEB tratou da questão da nacionalidade: o tema da reunião foi Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade. Essa reunião aconteceu no Instituto Metodista, em Santo Amaro, em fevereiro de 1960. Contou com a participação de 61 pessoas, representando 13 igrejas e 4 organizações eclesiais.⁴ O fato novo dessa reunião foi a participação de representantes de oito países, além de representantes do CMI, incluindo o doutor Visser't Hooft, secretário geral da organização. Foi importante

⁴ Sigo nessa questão da participação as informações de Silas Luiz de Souza e Paulo Goez. O jornal Cristianismo trouxe a informação de que eram 54 elementos (*sic*) representando 18 igrejas e organizações eclesiais.

a participação latino-americana por causa da II Conferência Evangélica Latino-americana (Cela II), que aconteceu no ano seguinte em Lima, Peru, organizando a instituição continental Igreja e Sociedade na América Latina (Isal). (CRISTIANISMO, 1960, p.6).

A importância que estava tomando o Setor de Responsabilidade Social da CEB já estava começando a trazer problemas. Shaull relatou em suas memórias que Waldo Cesar foi submetido a um constrangimento com a visita de um agente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no momento em que acontecia a terceira reunião. (SHAULL, 2003, p.180).

As dificuldades encontradas para a superação do subdesenvolvimento aconteciam na dinâmica do mercado mundial, nas normas de consumo estabelecidas segundo o padrão ocidental e na contínua revolução econômica e técnica. Contudo, a revolução econômica que causava tanta ansiedade também despertava esperança de uma nova vida. O documento de Tessalônica do CMI apontou alguns aspectos para o desenvolvimento econômico responsável: o desenvolvimento de cooperativas para a formação de capital e de créditos, em projetos educacionais e na pesquisa para o aumento da produtividade, o desenvolvimento de uma direção industrial socialmente responsável e a preparação dos trabalhadores, pois o desenvolvimento econômico requeria trabalhadores hábeis e eficientes. (CMI, 1960, p.74).

Em 1961, aconteceu a III Assembleia do CMI, em Nova Délhi. A assembleia aprovou que o Departamento de Estudos continuasse a pesquisa sobre as rápidas mudanças das sociedades tradicionais, desenvolvesse um programa de estudos sobre os problemas sociais, políticos e morais das modernas sociedades industriais e sobre as tensões raciais e étnicas em um mundo em constante mudança. (CMI, 1962).

A grande crise da CEB ocorreu depois da realização da quarta reunião de estudos do Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Conhecido como a Conferência do Nordeste e tendo como tema Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, o encontro aconteceu na cidade do Recife, entre 22 e 29 de julho de 1962.

Waldo Cesar escreveu o diário da conferência, que teve Almir dos Santos (metodista) como presidente, David Gomes (batista) como vice-

-presidente, Esdras Borges Costa (presbiteriano) como secretário, Jether Pereira Ramalho (congregacional) como diretor financeiro, Rodolfo Anders (presbiteriano) como *ex-officio* (secretário executivo da CEB), e os vogais Aharon Sapsezian (congregacional armênio), Cezar Teixeira (presbiteriano), Edir Cardozo (Uceb); Francisco Pereira de Souza (presbiteriano), John Nasstrom (luterano). Waldo Cesar era secretário executivo do Setor e Carlos Cunha foi secretário executivo da Conferência. Waldo listou os nomes dos presentes na reunião. Destacamos alguns deles, atuantes em várias instituições: Eber Ferrer (Ulaje/Caritas), Esdras Borges (ONU/FGV/Cebrap), Jether Ramalho (Cedi/Cebi/Cesep), Joaquim Beato (senador da República), Lauro Monteiro da Cruz (deputado federal), Marília Cruz (professora USP), Gerson Meyer (CMI), Rubem Alves (Unicamp/Cedi), Theodoro Henrique Maurer Jr. (professor da USP). Foram 167 delegados, de 17 estados, representando 16 denominações.

A Conferência do Nordeste se inseria no esforço de uma compreensão da sociedade pelas igrejas evangélicas. O movimento era mundial, patrocinado pelo CMI, no grande projeto ecumênico de se compreender a realidade local em que a igreja estava inserida. Os erros cometidos pelos missionários em diversas partes do mundo, onde não levaram em conta as realidades locais, de certa forma pesavam na formulação de uma nova teologia.

A análise feita era a de que a realidade brasileira vivia um momento revolucionário, de rápidas transformações, de passagem de um Brasil arcaico e rural para um Brasil novo, urbano e industrial. Para a igreja evangélica brasileira, as implicações foram as ações inovadoras no panorama da ação eclesial. Pela primeira vez, falava-se de uma ação transformadora da sociedade em vez de uma ação transformadora do indivíduo: a missão deixava de ser proselitista para ser política:

Sente-se a necessidade de descobrir novas formas, aqui, de ação da Igreja, que possibilitem atender à realidade em transformação.

Urge intensificar a tomada de consciência da realidade dinâmica do processo de transformação que estamos vivendo, principalmente no setor urbano. Tomada de consciência através do pris-

ma teológico, sociológico, econômico, político, e psicológico, para concretização dos objetivos do nosso modo de agir cristãmente. (A CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.152)

A opção pela participação política foi acompanhada da crítica ao modelo assistencialista que até então era a proposta do movimento evangélico: não se criticava o sistema e muito menos se procurava transformá-lo – a ação social da igreja acontecia por meio da solução assistencialista em uma sociedade que, na avaliação dos participantes da conferência, exigia outras respostas para as suas demandas:

Às igrejas cumpre reinterpretar o conceito de ação social, modificando as formas assistenciais de caráter empírico, paliativos, comumente usadas; adaptar-se às novas técnicas e a métodos específicos às situações sociais; aproveitar toda orientação técnica de pessoal especializado em serviço social (assistentes sociais, técnicos, assessores) de entidades governamentais, particulares e religiosas. (A CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.154).

Dentro do espírito nacionalista da época, a conferência fez a defesa de um desenvolvimento industrial dirigido pelo Estado, elogiando a criação da Sudene e da Petrobras. A revolução industrial brasileira deveria ter caráter próprio: “A estatização de empresas, no Brasil, já apresenta aspectos positivos, expressos no patriotismo, no idealismo e capacidade administrativa dos que trabalham. Os organismos acima referidos são exemplos.” ((CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.157).

Uma das conclusões do grupo de estudo que analisou as transformações causadas pela revolução industrial brasileira foi a de que era preciso dar apoio às reformas de base propostas pelo governo João Goulart como necessárias para o desenvolvimento nacional.

Recomendar aos cristãos a participação intensa e consciente em todas as campanhas eleitorais, visando a formar no Congresso, maioria parlamentar eminentemente patriótica. Parlamento sem compromisso com o latifúndio nacional ou com os grupos econômicos internacionais, porém, comprometido com a aprovação urgente

de *reformas estruturais*, chamadas *reformas de base*. (A CONFERÊNCIA DO NORDESTE - Vol II, 1963, p.159).

Na conferência, o protestantismo brasileiro se manifestou favorável à reforma agrária: o campo brasileiro precisava ser apoiado e o governo deveria incentivar a diversificação da produção, modernizando a área rural, protegendo o trabalhador, evitando-se o seu aviltamento. Defendeu-se o cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento no campo, bem como a organização dos trabalhadores em sindicatos e cooperativas rurais. Também se propôs que as comunidades evangélicas examinassem a conveniência da promoção de projetos agrários. Novamente, uma das recomendações foi que os evangélicos votassem em políticos comprometidos com a reforma agrária: “Sugerimos às organizações evangélicas a necessidade de um despertar da consciência para o significado das eleições a postos políticos. A composição das duas casas do Congresso é a chave para a efetivação de uma reforma agrária e em termos de justiça.” (A CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.159).

Na análise do sistema educacional brasileiro, considerou-se que o modelo implantado era importado (França e Estados Unidos da América) e que era necessário adequá-lo à realidade brasileira. A educação de base tinha que partir da realidade de que mais da metade da população brasileira era analfabeta. A universidade brasileira foi considerada anti-democrática, com currículos e programas alheios à realidade brasileira. O modo de acesso, por meio dos vestibulares, não era articulado com o ensino médio. O número de vagas era insuficiente para as necessidades de um país em desenvolvimento. Criticaram também a falta de incentivo a pesquisa.

A educação deve ser *brasileira* – o que significa tomar a sério os quadros regionais e municipais – e criar condições para que o ensino sirva ao país partindo de uma verdadeira integração. Neste sentido parece que o ensino público é o mais democrático e, portanto, precisa ser apoiado e defendido. [...]

A escola deve ser fator de transformação progressista da sociedade brasileira, dando ao aluno consciência da realidade e das

possibilidades de mudança das condições existentes.

Os recursos públicos devem ser aplicados às escolas públicas, assegurada a liberdade ao ensino privado mantido pelos que o preferem. (CONFERÊNCIA DO NORDESTE - Vol II, 1963, pp. 171-173).

O modelo educacional inserido no Brasil pelos missionários protestantes foi criticado como alienado da realidade brasileira e reformulou-se o conceito de *educação cristã* quando se afirmou que a educação é cristã “na medida em que leva o indivíduo a tomar consciência da sua dignidade”. (CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.172). Na avaliação da conferência, os colégios evangélicos haviam esgotado o seu conteúdo, não tinham renovado a sua mensagem e não ofereciam nada de novo à educação brasileira – e por isso deveriam ser totalmente reformulados diante da situação brasileira.

De modo geral, as instituições educacionais evangélicas, antes vanguardistas na formação de consciências cristãs, hoje não mais expressam, em muitos casos, a realidade do nosso vivo interesse pelo próximo, pois não assumiram novas formas de serviço conforme a realidade brasileira, continuando, porém, a exigir grandes preocupações e imensos recursos. Por isto, o simples aumento do número de tais instituições nestas bases, não tem maior significado. (CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.174).

A Conferência também estudou o sentido do testemunho do educando cristão no meio estudantil. Entre as resoluções, estava a sugestão para que a Uceb viesse a integrar o novo Departamento da Juventude da CEB, que estava em reformulação. A Conferência criticou o testemunho evangélico na universidade como sendo utilitarista, individualista e acomodado. Propôs que o estudante cristão se envolvesse nos problemas da universidade com o objetivo de dar um testemunho comunitário. (CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.177).

E pela primeira vez em uma conferência evangélica brasileira foi tratada a questão da arte e do *status* do artista em uma perspectiva protestante. Reconhece-se a possibilidade da arte e do artista juntamente

com a igreja atuarem no sentido da humanização. O papel do artista é visto no contexto da conscientização do homem e como servo da humanidade. Foram sugestivas as conclusões da conferência com relação às artes e aos artistas:

Estimular a promoção pelas igrejas e comunidades locais de exposições periódicas de artes plásticas [...] elaborar estudos e trabalhos de interpretação cristã das correntes artísticas e literárias atuais no Brasil e no mundo, como orientação para os crentes. [...] Promover a fundação de centros de debates sobre cinema e teatro nas igrejas, fornecendo-lhes material e subsídios. [...] coordenar possibilidades de bolsas de estudos no país e no estrangeiro para artistas. [...] desenvolver iniciativas de uso de formas de cultura brasileira por parte da Igreja. Temas folclóricos na música; revalorização de tradições natalinas nas artes plásticas, e outras.(CONFERÊNCIA DO NORDESTE -Vol II, 1963, p.185-186).

O Setor de Responsabilidade Social da Igreja da CEB constituiu-se na efetiva primeira iniciativa das igrejas evangélicas nacionais de compreenderem a realidade brasileira. Com o posterior encerramento do Setor, e o fim da CEB alguns anos após o Golpe Militar de 1964, foram abortadas essas criativas e inovadoras iniciativas. Os desdobramentos posteriores aconteceram em uma ação defensiva e reativa ao Golpe Militar. Shaull enumera quatro contribuições significativas do Setor de Responsabilidade Social para o desenvolvimento da Teologia no Brasil:

O esforço de numerosas denominações protestantes em levar a sério as dimensões sociais do Evangelho. [...]

A dimensão ecumênica da responsabilidade social da igreja ultrapassou o círculo protestante. [...]

O trabalho teológico e sociológico criativo do Setor ficou particularmente evidente na Conferência Mundial de Igreja e Sociedade, do Conselho Mundial de Igrejas.

No decorrer do ano de 1963 o trabalho do setor havia alcançado tal desenvolvimento que se decidiu expandir o programa com a criação de um “Centro de Estudos Brasileiros”. (SHAULL, 2003, p.181-183).

Por causa da Conferência do Nordeste, o tom das críticas dos setores conservadores da CEB aumentou, e se estabeleceu a crise entre esses dois agrupamentos. A crise culminou com a decisão de encerrar as atividades do setor no final de 1963. E no início de 1964, depois do Golpe Militar, as pessoas ligadas ao Setor de Responsabilidade Social, como também outros executivos envolvidos em outros departamentos que comungavam da mesma linha de pensamento, foram demitidas: Waldo Cesar, Jether Ramalho, Carlos Cunha, Domício Pereira de Matos e Francisco Souza, entre outros.

Domício de Matos escreveu uma emocionada defesa das posições que abraçavam os demitidos, argumentando que a doutrina social da igreja estava de acordo com a ortodoxia, que as diversas igrejas membros da CEB tinham posição confessional sobre a questão social. Demonstrou a sua posição citando as declarações do Conselho Mundial de Igrejas, o pensamento social católico romano, o credo social da Igreja Metodista, o pronunciamento social da Igreja Presbiteriana do Brasil, o Manifesto da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil e as próprias declarações sociais da Confederação Evangélica do Brasil.

No dia 1.º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o Presidente João Goulart. A Junta de Diretores da CEB. realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis “atividades políticas subversivas” da entidade. Tratava-se, sem dúvida, de um momento extremamente difícil. O exército, agora no poder, tinha forçado a aprovação de um Ato Institucional no Congresso, legitimando o golpe militar e baseava no mesmo expurgo de pessoas que tinham estado envolvidas em atividades políticas contrárias aos objetivos da revolução, cassando os seus direitos políticos por dez anos. Foi precisamente neste momento que a Diretoria decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. [...] a Conferência do Nordeste tornou esta ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista. [...] em quase todas as igrejas as medidas extremas tomadas pela Diretoria tiveram repercussões desfavoráveis. [...] As agências

ecumênicas e as juntas de missão em Nova York, e Genebra, interromperam a sua ajuda financeira aos programas e atividades da CEB.(MATTOS, 1965, pp. 125-127).

Os embates que começaram na CEB antes do golpe militar tornaram-se mais intensificados no período posterior a 1964. Diversas ações foram realizadas no sentido de expurgar da organização e das igrejas protestantes aqueles que se opunham ao regime estabelecido. João Dias de Araújo (1982) relatou que cerca de 50 ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil foram despojados do ministério pastoral por causa da sua posição ideológica. Segundo o relato de Araújo, professores de seminário foram demitidos de suas cátedras, houve intervenção em sociedades de leigos e a denúncia direta feita aos órgãos de repressão. O ocorrido com a Igreja Presbiteriana do Brasil também se deu em diversas outras denominações evangélicas ligadas à CEB, resguardadas as peculiaridades de cada denominação. Após esse episódio, a CEB nunca mais desempenhou efetivamente um papel importante junto ao protestantismo brasileiro, até que encerrou suas atividades na década de 1970 por puro desinteresse dos seus membros em nomear representantes na entidade.

Referências Bibliográficas

- A CONFERÊNCIA DO NORDESTE. CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO. Vol II. (Org. Waldo Cesar). Rio de Janeiro: Editora Loqui, 1963.
- ARAÚJO, João Dias. **Inquisição sem fogueiras. Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974.** 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos da Religião, 1982.
- CAMARGO, Sátulas do Amaral. **Primeira reunião de consulta sobre a responsabilidade social da Igreja. Cristianismo.** São Paulo, ano VII, n. 79-80, jan.-fev. 1956.
- CMI. **DILEMAS Y OPORTUNIDADES.** La Acción Cristiana en los Rápidos Cambios Sociales. Informe de la Conferencia Internacional de Estudios Ecuménicos, Tesalónica, Grecia, 25 de julio al 2 de agosto de 1959. Departamento de iglesia y Sociedad. División de

- Estudios. Concilio Mundial de Iglesias. Ginebra □ Suiza. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1960.
- CMI. **The New Delhi Report. The Third Assembly of the World Council of Churches 1961.** Nova York, Association Press, 1962.
- COX, Harvey. **Que a serpente não decida por nós.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- CRISTIANISMO. **Igreja e Sociedade.** São Paulo, ano XI, n. 131-132, maio.-jun. 1960.
- DIGESTO PRESBITERIANO.** São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998.
- GÓES, Paulo de. **Do individualismo ao compromisso social: A contribuição da Confederação Evangélica do Brasil para a articulação de uma ética social cristã.** 1989. Dissertação (Mestrado) □ Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1989.
- KINNAMON, Michael; COPE, Brian E. (eds.). **The Ecumenical Movement: An Anthology of Key Texts and Voices.** Genebra: WCC Publications, 1977.
- MATTOS, Domício P. **Posição social da Igreja.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Praia, 1965.
- RAPP, Robert S. **A Confederação Evangélica do Brasil e o Evangelho Social.** São Paulo: Missão Bíblica Presbiteriana no Brasil, s/d.
- SHAULL, Richard. **Surpreendido pela graça.** Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 180.
- SOUZA, Silas Luiz. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.